

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: abril de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

A briga que o País evitou e da qual já não pode sair – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/04/2010	3
Entrevista com André Nassar –Luciana Franco – Globo Rural – Abril de 2010. .	4
EUA aceitam reduzir subsídios e compensar produtor brasileiro – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil – 06/04/2010	6
Congresso dos EUA só muda subsídio em 2012 – Raquel Landim, Jamil Chade, Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro - Estado de São Paulo – Economia – 07/04/2010	7
Lamy vem ao país para discutir a Rodada Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 07/04/2010	8
Doha com etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2010	9
UE usa crise para justificar subsídios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/04/2010	9
A força do protecionismo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 14/04/2010	10
Transgênicos são bons para ambiente, diz estudo nos EUA – Estado de São Paulo – Vida – 14/04/2010	12
Causa da crise ainda não foi resolvida, diz Lamy – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 15/04/2010	13
Bric pressiona por reforma no FMI até novembro – Martha Beck, Luiza Damé, Patricia Duarte, Rolando D’Ercole e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 16/04/2010	14
Caso do algodão pode ajudar Rodada Doha, diz Amorim – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2010	16
Doha em 2010 e a reação da China – Jean Pierre Lehmann – Valor Econômico – Opinião – 20/04/2010	16
Governo decide adiar por mais 60 dias retaliação aos EUA – Eduardo Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/04/2010	18
EUA retomam subsídios agrícolas sem negociar com o Brasil – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia – 24/04/2010	19
Mercosul e integração regional – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 27/04/2010	20

Era outubro de 2002, e a equipe de Fernando Henrique Cardoso se preparava para deixar o poder. Após uma análise minuciosa do caso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, estava convencido de que os Estados Unidos subsidiavam ilegalmente os produtores de algodão, relatou seu assessor na época, Eduardo Leão.

“Nós que fizemos. Vamos dar entrada no processo. Não vamos deixar para o próximo governo”, disse Malan, em uma das últimas reuniões da Câmara de Comércio Exterior do governo FHC.

Dessa maneira, ele resolveu uma queda de braço entre Itamaraty e o Ministério da Agricultura que ameaçava acabar com o painel do algodão em seu nascedouro.

A decisão de Malan selou o destino de uma das mais emblemáticas disputas da Organização Mundial de Comércio (OMC). Hoje, quase oito anos depois, o painel do algodão pedido pelo Brasil contra os EUA na OMC parece chegar ao final.

Na próxima quarta-feira, o governo brasileiro deve iniciar retaliação contra os americanos se os dois países não chegarem a um acordo. Não foi uma briga fácil. O processo foi marcado por intensas disputas políticas.

Em nota técnica de junho de 2002, o Itamaraty alertava que seria “extremamente complexo estabelecer a ligação entre os subsídios americanos e os prejuízos ao Brasil”. Os diplomatas estavam preocupados com as consequências políticas. “Trata-se de um contencioso que questionará o cerne da política agrícola americana”, dizia o documento.

O Itamaraty apontava, ainda, temores de contrarretaliação.

“Houve uma forte objeção do Itamaraty. Eles tinham medo de perder. Diziam que ficaria feio para o Brasil”, disse Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que era ministro da Agricultura. Celso Lafer, que ocupava a pasta das Relações Exteriores, nega resistências. “Era a hora de abrir o processo, mas eu sabia que ia ser complicado, como de fato foi.”

Bom de briga. Quando o assunto chegou à Camex, o Ministério da Agricultura avaliava três produtos para contestar os subsídios dos países ricos: soja, açúcar e algodão. Pratini convidou Pedro de Camargo Neto, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, para ser secretário de Política Agrícola. “Chamei o Pedro porque ele era bom de briga.”

Ao assumir o cargo, Camargo Neto pediu aos técnicos que “varressem” os subsídios dos EUA e da União Europeia. Para os europeus, o produto seria o açúcar. Para os EUA, surgiu a ideia da soja, mas foi perdendo força porque a produção brasileira crescia exponencialmente.

Foi quando um funcionário de carreira do ministério, Lino Colsera, sugeriu o algodão. “Os EUA dominavam o mercado internacional. Tudo que faziam afetava os preços”, explica Colsera. De 1998 a 2002, o governo americano pagou entre US\$ 1,9 bilhão e US\$ 3,9 bilhão, por ano, aos produtores de algodão.

Os valores estavam acima do teto de US\$ 1,4 bilhão estabelecido na Rodada Uruguai. Logo, os americanos não estavam mais protegidos pela “Cláusula da Paz” – um dos parágrafos do acordo que permitia subsídios desde que respeitassem limites.

Além disso, o assunto tinha potencial para se tornar um tormento político. Os subsídios iam para grandes produtores – o pagamento per capita chegava a US\$

5 milhões por ano. Enquanto isso, países pobres do Oeste da África sofriam com a distorção dos preços.

O dano para o Brasil era simples de provar. O País já tinha sido um grande produtor de algodão, mas a cultura foi devastada pelas pragas. Em 2002, com a migração para o Mato Grosso, a produção de algodão brasileira renasceu. Esse esforço estava em risco como subsídio americano.

Bandeira política. Os painéis de algodão e de açúcar, no entanto, não nasceram de reclamações dos produtores agrícolas.

Disputas do comércio internacional costumam surgir quando grupos privados se sentem prejudicados e pedem ajuda aos governos. Mas, nesses casos, os empresários foram chamados a enfrentar americanos e europeus.

“Era para ser uma bandeira política mesmo. Pretendíamos ter um caso contra o Japão também, mas não deu tempo”, confessa Camargo Neto. O objetivo do Brasil era liderar o descontentamento que surgia entre os países em desenvolvimento.

Um conflito como esse tem raízes profundas. A China ainda não tinha despertado seu apetite por commodities e seus preços dos produtos agrícolas despencaram na década de 90. Os EUA reagiram despejando subsídios e deprimindo mais as cotas.

A atitude americana irritou agricultores ao redor do mundo.

Somado a isso, a Rodada Uruguai tinha sido uma frustração.

No corredor da OMC, em Genebra, já se falava em agrupar os países pobres contra os subsídios do mundo rico.

A agricultura brasileira começava a saltar tecnológico que permitiu ao País se tornar um dos maiores produtores do mundo.

E surgia uma burguesia no campo, da qual Camargo Neto fazia parte, atenta a questões complexas como os subsídios.

Jorge Maeda presidia a Associação Brasileira de Produtores de Algodão. Filho de imigrantes japoneses, Maeda cultivava hoje mais de 100 mil hectares de terra. Ele conta que recebeu um telefonema de Camargo Neto.

“O Pedro me disse: ‘Maeda, tem uma oportunidade aqui de abrir um processo na OMC contra os EUA. Você quer encapar isso?’ Respondi: ‘OMC é complicado... Ele falou: ‘não vai custar mais de US\$ 200 mil’. Você tem 24 horas para responder.’”

Maeda reuniu os principais produtores agrícolas do País e explicou o problema: o Tesouro americano subsidiava, aumentava a produção e os preços caíam.

“Disse a eles que, quanto mais desgraça, mais os americanos ganhavam dinheiro”, disse.

Os agricultores concordaram em apoiar a brigada, mas não imaginavam que a conta chegaria a quase US\$ 3 milhões. Com recurso do setor privado e consenso no governo, Camargo Neto foi a Genebra protocolar o painel do algodão, em que o Brasil desafiava os Estados Unidos.

Entrevista com André Nassar – Luciana Franco – Globo Rural – Abril de 2010.

André Nassar é um engenheiro agrônomo que não trabalha no campo, mas pelo campo. Com doutorado na área de negócios e comércio internacional, ele é diretor geral

do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) desde julho de 2003. Ao longo dos últimos sete anos, ele ergueu a bandeira da agricultura brasileira em diversas negociações internacionais e realizou estudos sobre cenários quantitativos e de projeções de longo prazo de comércio agrícola e política comercial agrícola em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Globo Rural – Recentemente a Agência de Proteção Ambiental (EPA) avaliou o etanol brasileiro como um biocombustível avançado. Que volume de negócios esta decisão pode gerar?
André Nassar – O combustível avançado tem um mandato de consumo de 10 bilhões de litros até 2022. É certo, portanto, que os americanos importem algo em torno desse volume do produto brasileiro, uma vez que o etanol de milho não é considerado avançado.

GR – O Icône também trabalha na área de projeções agrícolas e o uso da terra. Quais as tendências para o uso da terra no Brasil?
Nassar – Bem, a expansão da pecuária na Amazônia não tem mais por onde crescer. O padrão do rebanho crescendo tremendamente na região mudou completamente. O governo está mais atento, o pecuarista está mais consciente e o consumidor, mais exigente. O desmatamento está perdendo incentivo. O ciclo era: desmata, coloca o boi, depois a soja. Mas isso começa a ser rompido. A pecuária vai mudar de padrão, vai ter que se intensificar e isso vai gerar um grande impacto na atividade, pois haverá um aumento de custo e isso é uma mudança muito grande.

GR – Como você analisa as discussões sobre o código florestal brasileiro? Elas têm algum impacto sobre as negociações internacionais de produtos do país?
Nassar – Acho que se trata de um tema que merece uma discussão mais profunda. O fazendeiro tem que proteger 20% da área dele, mas se decidir por conta própria proteger 40%, vai querer que a sociedade arque com estes 20% a mais. Mas acho que ele só fará isso de fato se receber pagamento por serviço ambiental. Serviço ambiental é subsídio. Você está pagando para não desmatar e para manter a biodiversidade. A política alternativa que foi mantida no Brasil até agora, sobretudo na Amazônia, foi criar parque nacional. Alguns parques foram criados por questões de reserva indígena, o que também está certo, mas constatou-se que quando se cria o parque, o pasto não entra. Isso porque o desmatamento ilegal dentro do parque é muito difícil. Aquele cara que desmata vai para outro lugar porque é complicado demais tentar entrar no parque. O risco é muito maior. É possível criar parque também no Cerrado, mas isso tem o seu lado negativo, porque empurra o cara para outro lugar para ele desmatar ilegalmente. A sociedade precisa discutir mais.

GR – Existe um movimento de concentração em algumas áreas agrícolas. Este movimento pode atingir a cadeia do leite?
Nassar – O leite, sob o ponto de vista da eficiência da cadeia, deveria contar com poucos produtores e produtores maiores, porque a verdade é que, se compararmos o preço de leite daqui com o da Nova Zelândia, o nosso é muito mais caro. Só que o caso do leite é complicado porque tudo o que o governo não quer é concentração na produção de leite. Não é à toa que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tomou o leite como um setor que está debaixo do seu guarda-chuva. E se isso acontece é porque o governo reconheceu que é um produto familiar, de subsistência, com pequenos produtores, e este é o modelo que deve vigorar. Não se trata de um modelo que vai dar grandes ganhos de eficiência. O Brasil dificilmente vai ser um exportador de leite em pó assim. E gente pode ter o leite como produto doméstico e não necessariamente precisamos ser um grande exportador de leite. Portanto, acho que no leite pouca coisa muda.

EUA aceitam reduzir subsídios e compensar produtor brasileiro – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil – 06/04/2010

Depois de sete anos de disputa na Organização Mundial de Comércio (OMC), os Estados Unidos finalmente se comprometeram formalmente a reduzir subsídios ilegais concedidos a seus produtores de algodão, conceder compensações aos produtores brasileiros prejudicados pela política agrícola americana e negociar maneiras de eliminar esses subsídios contestados pelo Brasil. A proposta foi apresentada ontem pelo governo americano e levou o governo brasileiro a suspender a aplicação de sanções contra mercadorias dos EUA, que começariam amanhã.

"Foi uma negociação muito positiva", comentou o diretor do Departamento Comercial do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey, ao avaliar a pressão exercida nos últimos dias sobre o governo americano para que apresentasse uma proposta de negociação. Os dois países têm até junho para chegar a um acordo. O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ter esperanças de entendimento, baseado na "nova atitude" mostrada nas reuniões técnicas em Brasília e, por telefone, pelo representante comercial dos EUA, Ron Kirk.

Os americanos se comprometeram a, nos próximos 15 dias, paralisar a concessão de subsídios em seu programa de garantia de créditos à exportação, e retomar esse programa com níveis bem reduzidos de subsídios, enquanto discutem com o Brasil uma fórmula aceitável de concessão desses benefícios aos produtores. O programa é conhecido como GSM-102 e extensivo a vários produtos agrícolas. Tem orçamento de US\$ 5,5 bilhões neste ano, dos quais não se executaram US\$ 2,8 bilhões - que, agora, serão contingenciados.

Além disso, para compensar a demora na extinção dos subsídios considerados ilegais pela OMC, os EUA acelerarão as autorizações sanitárias para importação de carne bovina e suína do Brasil e formarão um fundo de US\$ 147,3 milhões anuais para financiar programas de apoio aos produtores de algodão, com transferência de tecnologia, combate a pragas e até projetos de cooperação com produtores de algodão prejudicados pelos Estados Unidos na África.

Segundo explicou a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Lytha Spíndola, o governo suspenderá até o dia 21 as sanções (aumento de tarifas de importação) já anunciadas contra 102 produtos americanos, de automóveis a trigo. O prazo servirá para permitir que os americanos, de fato, suspendam o GSM-102, criem o novo fundo, emitam certificado liberando importação de carne suína e assegurem que a carne bovina de Santa Catarina é livre de febre aftosa sem vacina.

Se confirmadas essas medidas, começará um prazo de 60 dias para que negociadores dos EUA e do Brasil cheguem a um acordo sobre a determinação da OMC, de eliminação dos subsídios concedidos ilegalmente. "Foi bem positivo, porque há o compromisso em pedir ao Congresso o fim dos subsídios na próxima lei agrícola americana, em 2012, e compensações pelos subsídios concedidos até lá", disse o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Cunha.

Na prática, porém, o governo americano não pôde dar certeza sobre a decisão do Congresso, mas se comprometeu a usar os 60 dias de negociações para buscar "soluções satisfatórias".

"Qualquer entendimento aquém da plena implementação das determinações da OMC será, por definição, temporário", alertou Celso Amorim. "Essa implementação plena envolverá ações complexas tanto do Executivo, quanto do Legislativo americanos. Um conjunto de procedimentos que ofereça condições adequadas, ainda que temporárias, será, de qualquer forma, bem-vindo."

Segundo Cozende, a suspensão das sanções pode ser prorrogada, dependendo do resultado das negociações, mas o governo não desistiu de aplicar a retaliação contra os EUA caso considere que permanece o desrespeito às determinações da OMC. Ontem, terminou o prazo de consulta pública para manifestações sobre a chamada retaliação cruzada, a determinação brasileira de criar sanções também em propriedade intelectual, como taxas sobre remessa de royalties e suspensão dos direitos assegurados por patentes. Uma comissão técnica avaliará as sugestões e deixará pronta uma lista de sanções também nessa área.

A ameaça de retaliação cruzada preocupa empresas e especialistas reunidos na Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), que temem prejuízos para investimentos no país. "É muito difícil calcular valores nesse setor. A importação de cultivares para plantio, por exemplo, gera sementes e efeitos duradouros sobre os direitos de propriedade intelectual", diz o presidente da ABPI, Luiz Henrique do Amaral. Ele diz que é possível quantificar as medidas no caso de taxaço de royalties, mas alerta que já existe tributação alta sobre essas remessas, que têm pequeno valor no país. "A medida é legítima, mas pode ser um tiro pela culatra, mais danoso que os prejuízos com os subsídios ao algodão", diz Amaral

Congresso dos EUA só muda subsídio em 2012 – Raquel Landim, Jamil Chade, Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro - Estado de São Paulo – Economia – 07/04/2010

Senadores dos Estados Unidos deixaram claro ontem que a última palavra sobre os subsídios aos produtores de algodão do Congresso e qualquer mudança significativa só ocorrerá em 2012. Os agricultores americanos também comemoraram o compromisso selado entre Brasil e Estados Unidos.

No governo brasileiro, a expectativa é de alterações concretas até 20 de junho.

Na segunda-feira, negociadores americanos enviaram ao Brasil uma oferta para resolver a disputa sobre os subsídios aos produtores de algodão, após um processo vencido pelo País na Organização Mundial do Comércio.

Em contrapartida, o Brasil adiou a retaliação contra os produtos americanos até 22 de abril.

A oferta americana inclui um fundo de US\$ 147,3 milhões por ano para os produtores de algodão, a reforma do programa de garantia de crédito à exportação, e a liberação da importação de carne de Santa Catarina.

Ontem, a presidente do Comitê de Agricultura do Senado, a democrata Blanche Lincoln, e o vice-presidente, o republicano Saxby Chambliss, divulgaram um comunicado em que consideram “apropriado” um acordo para suspender as sanções.

Mas afirmaram que, “no fim das contas, o Congresso é o responsável por mudanças nos programas”. E ressaltaram que vão trabalhar como Executivo “para explorar mudanças no processo de reforma da Farm Bill (Lei Agrícola) em 2012”.

Segundo relatório feito ontem pelo chanceler Celso Amorim na Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, a expectativa do governo americano é de obter até 20 de junho o aval do seu Congresso para firmar um acordo mais amplo como Brasil, que envolverá a redução substancial dos subsídios. “Pela primeira vez, os EUA fizeram uma proposta que nos pareceu verdadeiramente séria”, disse Amorim.

O Conselho Nacional de Algodão dos Estados Unidos, que reúne os produtores americanos, também afirmou que mudanças significativas nos programas de apoio ficarão para 2012. A entidade diz que uma alteração nos créditos à exportação poderia ser compensada por apoio em outras áreas e que o importante é que o dinheiro não desapareça.

“Os programas são como vasos comunicantes”, disse uma fonte. Para o presidente da entidade, Eddie Smith, “o acordo evita efeitos danosos que viriam de retaliação e coloca a discussão séria sobre mudanças nos programas de algodão para 2012 no Congresso, que é onde a discussão deve ocorrer”.

Decisão histórica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou “muito satisfeito” e considerou “ótima” a decisão dos EUA de negociar a retirada dos subsídios à produção de algodão. Lula, segundo assessores, considerou a decisão “histórica” e demonstra uma “mudança de comportamento dos americanos”. /

Lamy vem ao país para discutir a Rodada Doha – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 07/04/2010

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, estará nos dias 17 e 18 em Brasília para discutir os rumos da combalida Rodada Doha de liberalização global. O encontro de Lamy com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ocorrerá no rastro da recente avaliação dos 153 países membros da OMC sobre Doha, que mostrou um único país, os Estados Unidos, sem disposição de negociar.

Os EUA praticamente vetaram discutir as divergências comerciais de maneira mais aprofundada no encontro de presidentes e chefes de governo do G-20 marcado para junho em Toronto, no Canadá. Os canadenses, aliados incondicionais dos americanos, não querem causar embaraços a Barack Obama e estão “engavetando” a

tentativa brasileira de levar os líderes a dar mais uma vez o já famigerado e sem credibilidade 'impulso político' na negociação global.

"Falar em Doha hoje é um embaraço para os EUA", diz um negociador em Genebra, refletindo a que ponto Washington bloqueou a rodada visando liberalizar as trocas mundiais. Uma dificuldade na retomada de Doha é a demanda considerada excessiva dos EUA pela abertura dos mercados do Brasil, China e Índia sem querer pagar a contrapartida com abertura do próprio mercado. O impasse de Doha, entretanto, não reflete problemas específicos da OMC, mas falhas na governança global. Nesse cenário, Lamy vem provocando o debate sobre o que deveria ser uma governança global eficaz.

De Brasília, Lamy vai ao Uruguai participar da reunião do Grupo de Cairns, de produtores agrícolas, que já foi importante nas negociações, mas perdeu peso desde que o Brasil criou o G-20 agrícola.

Doha com etanol – Valor Econômico – Agronegócios – 09/04/2010

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, visitará uma usina de etanol em São Paulo, na semana que vem, quando estará no Brasil para discutir a Rodada Doha de comércio com autoridades brasileiras. Lamy atenderá a convite do setor sucroalcooleiro. O etanol é um das questões problemáticas na combatida Rodada Doha. Os Estados Unidos e a União Europeia sempre tentaram emplacar uma lista de produtos ambientalmente sustentáveis, que teriam as tarifas de importação eliminadas rapidamente. Mas excluíam o etanol da lista e incluíam até iate, o que o Brasil considera uma "aberração". Recentemente, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) reconheceu o etanol como um biocombustível ecologicamente eficiente.

UE usa crise para justificar subsídios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/04/2010

Acrisena Europa contamina a reforma dos subsídios agrícolas e é usada como pretexto por França e outros governos para manter o sistema de apoio demais de 40 anos. Ontem, os países europeus iniciaram o debate sobre a reforma de sua política de subsídios, no mesmo dia em que o Brasil enviou mais uma queixa à Organização Mundial do Comércio (OMC) alertando que está violando regras

internacionais ao subsidiar as exportações de açúcar, alegando que seriam medidas apenas temporárias diante da crise.

Parade defensores do apoio estatal, a situação mundial é de culpa que esperavam para anunciar que não há como reduzir os subsídios nesse momento ao setor agrícola, com o risco de gerar um desemprego ainda maior. A Europa atingiu uma taxa de 10% de desemprego, o maior desde a criação do euro. Além disso, a recuperação econômica não ocorreu por enquanto.

O cenário acaba sendo perfeito para os governos que querem manter os subsídios. A reforma entraria em vigor em 2014, mas precisa começar a ser desenhada agora. Um projeto de lei precisa estar concluído já em inícios de 2011. Por ano, a UE destina mais de 55 bilhões de euros em subsídios, 40% do orçamento do bloco. O valor é equivalente a 100 euros por cada cidadão europeu.

O governo francês tem sido o mais vocal na defesa dos subsídios. O ministro da Agricultura, Bruno Le Maire, indicou na semana passada que seria contra qualquer reforma que reduza o apoio aos fazendeiros. A França é o país que mais recebe subsídios e deixou claro que vai continuar defendendo a manutenção do sistema. Seu presidente, Nicolas Sarkozy, alertou que estava disposto a provocar uma crise na relação entre os países europeus, mas não abriria mão dos subsídios.

O comissário agrícola da UE, Dacian Cioloș, também indicou que a crise irá pautar sua reforma. Segundo ele, a lenta recuperação da economia justifica a necessidade de manter um apoio forte aos agricultores, mesmo diante das críticas dos países emergentes.

Para ele, a crise mostrou que a política agrícola comum da UE é “mais importante que nunca”.

“A falta de uma intervenção pode custar muito mais no médio prazo”, alertou. Sua avaliação é de que, em tempos de crise, intervenções devam ser autorizadas, enquanto o mercado deve predominar no restante do tempo. Ele ainda negou que o impacto para os países emergentes seja pesado, alegando que a Europa já reduziu seus subsídios mais distorcidos.

Diplomatas brasileiros alertam que criar um mecanismo que permita subsídios todas as vezes que haja uma crise seria perigoso, já que a própria declaração dependeria dos europeus, o que abriria a oportunidade para que inundem o mercado de subsídios.

Já outros estão fartos de destinar recursos para um segmento da economia que emprega apenas 4% da população. O partido liberal holandês já indicou que pode cortar sua contribuição anual à UE pelo fato de os subsídios não serem reformados.

Reino Unido e a Suécia também defendem o corte dos subsídios.

A força do protecionismo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 14/04/2010

Governos do mundo rico, a começar pelo americano, mostram-se dispostos a continuar distorcendo o comércio mundial de produtos agrícolas, com enormes prejuízos para as economias em desenvolvimento e, de modo especial, para alguns dos países mais pobres do planeta. Na Europa, a defesa dos subsídios à agricultura é liderada pelas autoridades francesas.

O ministro da Agricultura da França, Bruno Le Maire, declarou-se na semana passada contrário a qualquer redução da ajuda ao produtor rural. Foi apoiado

publicamente, nessa decisão, pelo presidente Nicolas Sarkozy. A desculpa, agora, é a crise: se a ajuda fosse cortada, argumenta-se, o desemprego aumentaria. Do outro lado do Atlântico Norte, o presidente Barack Obama continua cumprindo os compromissos de campanha a favor do protecionismo comercial e das subvenções aos fazendeiros.

Nos Estados Unidos, as críticas a esse tipo de política são muito mais comuns do que na Europa. Mas nos dois lados a maioria dos políticos tem preferido evitar mudanças. Pior para o Brasil e para outros países em desenvolvimento.

A reforma do comércio internacional de produtos agrícolas foi desde o início um dos principais objetivos da Rodada Doha, lançada no fim de 2001, emperrada há vários anos e sem data previsível para conclusão. Enquanto as negociações avançaram, os governos do mundo rico evitaram mexer em suas políticas de subsídios e de barreiras protecionistas. As mudanças necessárias, argumentavam seus governos, seriam definidas até o fim da rodada. Chegou-se, numa das fases mais produtivas das negociações, a fixar um prazo para o fim dos subsídios à exportação. Essa parte da reforma deveria ocorrer em 2013. Hoje não há segurança quanto a alterações importantes nessas políticas.

A União Europeia (UE) mantém, oficialmente, um programa de reforma para implantação a partir de 2014, mas não há sinais de uma séria preparação. Segundo o comissário do bloco para a agricultura, Dacian Cioloș, é cedo para reduzir o apoio aos agricultores, porque a recuperação econômica é lenta. A política agrícola da UE, afirma o comissário, “é mais importante do que nunca”. Além disso, argumenta, os subsídios mais nocivos aos países em desenvolvimento já foram eliminados – uma alegação muito frágil.

Além da manutenção da política, por enquanto, ele defende a adoção de intervenções em tempos de crise.

Esse discurso agrada certamente aos franceses, porque a França é o país mais aquinhado pela política europeia de subvenções ao campo. Mas o apoio aos subsídios e à preservação das barreiras é considerável em outros países também. Os governantes britânicos têm sido mais favoráveis à liberalização da economia agrícola, mas enfrentam, internamente, resistência de alguns setores do agronegócio. Além disso, os setores mais protecionistas têm contado, no Reino Unido como em outras partes da Europa, com movimentos civis favoráveis a restrições ao comércio de produtos agrícolas. As alegações são variadas: defesa da saúde pública, preservação ambiental nos países exportadores, preocupações sociais com trabalhadores do Terceiro Mundo e assim por diante. Os ganhadores, na prática, são os beneficiários dos subsídios e barreiras.

Nos Estados Unidos, a imprensa critica mais frequentemente os subsídios. Organizações civis também condenam a canalização de bilhões de dólares para os fazendeiros e outros grupos ligados ao agronegócio em alguns casos, grandes empresas.

Nos últimos dias, jornais e revistas criticaram a decisão do governo de pagar US\$ 143,7 milhões aos produtores brasileiros de algodão. Com esse pagamento, pretende-se evitar a retaliação autorizada ao Brasil pela Organização Mundial do Comércio. Essa retaliação foi permitida porque as autoridades de Washington se recusaram a cortar a ajuda condenada em processo.

O melhor, segundo os editoriais, seria eliminar os subsídios: o Tesouro deixaria de gastar internamente e também não teria de pagar aos brasileiros. Brasília também preferiria essa alternativa, mas o presidente Obama escolheu o caminho politicamente mais confortável. Aceitou podar a garantia de crédito à exportação, mas não deverá mexer em outras subvenções até a revisão da Lei Agrícola em 2012.

Transgênicos são bons para ambiente, diz estudo nos EUA – Estado de São Paulo – Vida – 14/04/2010

Culturas geneticamente modificadas podem ajudar a proteger o meio ambiente e as pessoas de uma superexposição a pesticidas, aponta relatório elaborado por um comitê do Conselho Nacional de Pesquisados Estados Unidos.

O conselho integra as academias nacionais de ciências, que aconselham o governo americano.

A melhora da qualidade da água pode vir a ser o maior benefício dos transgênicos, de acordo com o documento. O uso de inseticidas tem declinado desde que organismos geneticamente modificados (OGMs) foram introduzidos, e os agricultores que cultivam transgênicos usam menos inseticidas e herbicidas que se mantêm por longo tempo no solo e nos cursos d'água.

“Fazendeiros e seus empregados não apenas enfrentam uma exposição reduzida aos produtos químicos nocivos presentes em alguns herbicidas e inseticidas que eram usados antes da introdução das lavouras geneticamente modificadas, como passam menos tempo nos campos aplicando pesticidas”, diz o texto.

O comitê não avaliou questões de saúde ou segurança, que foram cobertas em relatórios anteriores. “Tentamos navegar pelo meio. Não quisemos ser pró ou contra”, disse David Ervin, da Universidade Estadual do Oregon em Portland, que presidiu o comitê.

Porém, o documento alerta para o risco de que as pragas estejam desenvolvendo resistência ao Roundup, o herbicida usado para tratar campos cultivados com um certo tipo de planta transgênica.

“Estamos vendo evidências sólidas de que a resistência das pragas ao glifosato está aumentando. Isso requer atenção séria”, disse Ervin. Glifosato é o principal ingrediente do herbicida Roundup, fabricado pela Monsanto. A empresa de biotecnologia criou várias culturas geneticamente modificadas para resistir ao efeito do produto que, segundo Ervin, substituiu agrotóxicos mais perigosos para a saúde humana.

Nove pragas nos EUA desenvolveram resistência ao glifosato em áreas onde culturas transgênicas são plantadas, em comparação com sete em áreas onde a modificação genética não é usada. O uso de culturas geneticamente modificadas para resistir a pesticidas também permite que os agricultores dependam menos de práticas que empobrecem o solo e causam erosão, afirma o relatório.

Brasil. No País, o plantio e a comercialização de variedades transgênicas dependem da aprovação de órgãos do governo federal – a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e o Conselho Nacional de Biossegurança. Os plantios começaram em 2004, com a soja.

O uso desse tipo de planta é criticado por ambientalistas, que temem o impacto ecológico das variedades modificadas e alertam para as incertezas sobre a influência das plantas transgênicas na saúde humana.

Regras frouxas. Segundo o professor da USP Paulo Kageyama, que representa o Ministério do Meio Ambiente na CTNBio, não se pode “assumir” o documento americano como verdade para o Brasil. “Os EUA têm regras muito frouxas nos casos dos transgênicos.

Elles sempre foram liberais, são pela tecnologia e fim de papo.”

Para ele, os efeitos dos OGMs precisam ser estudados no longo prazo. “Hoje, a tecnologia é criada e aprovada muito rapidamente. Mas os problemas aparecem quando há grande escala.”

Kageyama afirma ainda que, no País, os transgênicos acabam atrapalhando os pequenos produtores e produtores de orgânicos, que têm suas plantações contaminadas pelos OGMs. No Brasil, produtos que contêm uma proporção de transgênicos superior a 1% devem apresentar um selo especial, para informação do consumidor.

Na avaliação de Alda Lerayer, diretora do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), entidade que reúne pesquisadores e empresas do setor de biotecnologia, no Brasil as culturas transgênicas de soja e milho já apresentam benefícios ao ambiente, como a redução da necessidade de pulverizar pesticidas nas lavouras, que além de poluir, também consomem água em grandes volumes.

“Cada pulverização de inseticida consome no mínimo 700 litros de água por hectare. Com transgênicos, esse gasto cai em menos da metade.”/ REUTERS COM

AFRA BALAZINA, ANDREA VIALLI e
CARLOS ORSI, do ESTADÃO.COM

Causa da crise ainda não foi resolvida, diz Lamy – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 15/04/2010

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, faz um alerta: os motivos que provocaram a crise até agora não foram resolvidos. Enquanto isso, a energia política para reformar o sistema financeiro internacional está perdendo força e o mundo corre o risco de não aproveitar a crise para fazer as mudanças necessárias.

Lamy, que chega amanhã ao Brasil para reuniões com o chanceler Celso Amorim, acredita que o desemprego é hoje a maior ameaça à economia internacional, podendo representar riscos de “turbulência social”. Em entrevista aos jornais brasileiros antes de sua viagem, Lamy diz que o Brasil precisa se questionar sobre qual inserção pretende ter no comércio mundial nos próximos anos. Ele também sugere investimento em infraestrutura e diz que o congestionamento aéreo pode ser um obstáculo para o comércio no País.

A seguir, os principais itens da entrevista.

Recuperação. Na avaliação de Lamy, a recuperação da economia está sendo “frágil”. “Temos um bom crescimento nos países emergentes, há um crescimento que começa a reduzir o desemprego nos Estados Unidos e há um crescimento menor sem nenhuma melhora no mercado de trabalho na Europa e no Japão.”

Mas o que mais preocupa é que os motivos que provocaram a crise até agora não foram resolvidos. Para ele, o risco é de que o mundo não aproveite a crise para reformar o sistema financeiro. “A regulação continua sendo um grande problema para a governança global. A reforma está muito lenta.”

Para ele, a capacidade dos governos em chegar a um novo sistema ainda é um desafio aberto. “A crise é uma ocasião boa demais para ser desperdiçada.

Mas o sentimento que tenho é que houve uma energia política e não sinto o calor da pressa.” Lamy, ex-banqueiro do Credit Lyonnais, deixa claro que a taxa que o governo de Barack Obama quer aplicar sobre os bancos não será a solução. Segundo ele, além da regulação financeira, novos riscos foram adicionados à economia mundial, como desemprego e dívida pública. “O maior risco para a economia global é o desemprego. É

um risco para o comércio, para a demanda, para uma turbulência social. Esse é o maior risco e ainda está vago como será o modelo de crescimento.”

Inserção do Brasil. Admitindo que a economia foi alvo de uma “boa administração” nos últimos dez anos, Lamy diz que a questão estratégica que o País deve enfrentar agora é de qual tipo de inserção quer ter no comércio internacional. Ele sugere que a prioridade deva ser a de focar em exportações que gerem empregos. A segunda prioridade é que essa inserção também gere “bons empregos”. Para Lamy, a posição do Brasil no ranking dos exportadores da OMC é o que menos importa. Em 2009, o País caiu da 22.^a posição para a 24.^a entre os maiores exportadores.

Segundo ele, o País precisa investir em infraestrutura e educação. “Há muito o que fazer em infraestrutura em um País tão grande, seja ferrovias ou no setor aéreo, diante do congestionamento aéreo que existe. Provavelmente não é um facilitador ao comércio.” Questionado se o Brasil ainda era um país emergente, foi categórico. “É um país emergente. Ainda tem muitos pobres. O PIB per capita médio é ainda de um país emergente.”

Brics. Se o comércio Sul-Sul ganha importância, Lamy deixa claro que o debate do uso de moedas nacionais para o comércio entre os países do Bric, que será negociado a partir de amanhã, não é algo que tenha impacto maior. “Trata-se de uma escolha técnica.” Segundo ele, a atitude dos países do Bric é “uma espécie de expressão política dos países emergentes que têm uma visão de que o sistema monetário deve depender menos do dólar.”

Bric pressiona por reforma no FMI até novembro – Martha Beck, Luiza Damé, Patricia Duarte, Rolando D’Ercole e Lino Rodrigues – O Globo – Economia – 16/04/2010

Grupo reforça que ajudou o mundo a sair da crise ao injetar recursos no Fundo e pede mais poder em organismos multilaterais

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O mais poderoso grupo de nações emergentes do mundo — o chamado Bric, que reúne Brasil, Rússia, Índia e China — terminou ontem sua segunda cúpula de chefes de Estado e de governo cobrando a fatura por ter ajudado a sustentar a economia mundial durante a crise.

Na declaração publicada ao final do encontro, os quatro países ressaltaram que ajudaram “significativamente” a dar poder de fogo financeiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a turbulência, por meio de aporte de capital, mas, mesmo assim, continuam subrepresentados na instituição.

Impondo prazo para que os países do Bric sejam atendidos, a declaração, assinada pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Hu Jintao (China) e Dmitri Medvedev (Rússia) e o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, afirma: “Nós demandamos que a reforma do poder de voto no Banco Mundial seja concluída na próxima reunião de primavera (que começa na próxima semana) e esperamos que a reforma de cotas no FMI seja concluída até o encontro do G20 em novembro deste ano”. O texto ressalta ainda: “Existe uma necessidade de aumento da participação dos países emergentes no FMI”.

Na esfera política, os Bric defenderam também uma reforma da ONU, fazendo uma referência indireta às candidaturas de Brasil e Índia a um assento no Conselho de

Segurança da ONU.

“Nós reiteramos a importância que damos ao status da Índia e do Brasil nos temas internacionais e entendemos e apoiamos suas aspirações em ter um papel maior nas Nações Unidas”, afirma a declaração.

Para aumentar o cacife do bloco de maiores nações emergentes do mundo, os países confirmaram que vão aprofundar sua cooperação na área de comércio e estudar acordos de utilização de compra e venda de mercadorias em moeda local, a partir da coordenação de seus ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais. Reiteradas vezes os representantes do Bric afirmaram que o mundo deve contar com mais de uma moeda de referência. O documento também diz que é importante a manutenção de reservas elevadas e de políticas fiscais sustentáveis.

Diferentemente do encontro de Moscou, há um ano, quando ainda estavam na fase da criação de grupos de trabalho, os quatro líderes assinaram acordos de cooperação, ampliação do comércio e investimentos. O primeiro ato assinado pelos líderes foi uma cooperação entre os bancos de desenvolvimento do bloco para financiar projetos dos quatro países, como antecipou ontem o GLOBO. Esse pode vir a ser um projeto bilionário de um “BNDES dos Bric”.

— O acordo de cooperação entre nossos bancos de desenvolvimento vai nos permitir ampliar as atividades de fomento dos projetos de infraestrutura e a integração entre nossas cooperativas para estimular vários setores produtivos — afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao fim do encontro e antes do jantar oficial.

Terremoto na China antecipou cúpula Em sua intervenção, Singh enfatizou a necessidade da reforma não só dos organismos multilaterais, mas também do sistema financeiro global, abalado com a crise de 2008. Esta é a principal agenda imediata do Bric, já que na semana que vem ocorre a reunião de primavera do FMI e do Bird e os quatro países pressionarão por mudanças. O discurso político da declaração final vai orientar a atuação das equipes econômicas no evento.

— É preciso uma reforma institucional do sistema financeiro e da ONU. Nós apoiamos uma ordem mundial democrática, justa e multipolar com a ONU no centro — disse o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, em referência indireta à inclusão de novos membros no Conselho de Segurança da ONU.

Medvedev reforçou o coro: — A crise econômica mostrou a necessidade de fortalecimento do sistema financeiro internacional.

Hu apelou ao peso econômico do Bric para demonstrar a força do grupo para se colocar como interlocutor junto aos países ricos.

Brasil, Rússia, Índia e China detêm hoje 15% do PIB mundial.

De acordo com o FMI, o grupo deve ser responsável 61,3% do crescimento global no período de 2008 a 2011.

— Os quatro países tiveram papel importante no enfrentamento da crise e na retomada do crescimento — lembrou Hu.

O terremoto que atingiu a China no início da semana obrigou o presidente chinês a antecipar sua volta ao país. A decisão foi comunicada ao Itamaraty na quarta-feira às 23h. Na programação inicial estava prevista para quinta-feira uma cúpula do Ibas (grupo composto por Índia, Brasil e África do Sul) e o encontro do Bric só ocorreria hoje. Mas com a saída antecipada de Hu Jintao, os diplomatas das duas cúpulas mudaram a agenda e concentraram os eventos num só dia.

O economista-chefe do banco Goldman Sachs, Jim O’Neill, criador da expressão Brics, disse que a cúpula se tornou um evento político relevante devido à importância que essas nações têm hoje na economia global. Ao mesmo tempo, o evento evidencia a perda de representatividade dos organismos multilaterais.

**Caso do algodão pode ajudar Rodada Doha, diz Amorim – Humberto Medina –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2010**

A necessidade de o governo americano negociar com o Brasil para evitar uma retaliação devido à concessão ilegal de subsídio a seus produtores de algodão pode ser benéfica para a retomada das negociações da Rodada Doha, de liberalização comercial. A avaliação foi expressada ontem pelo chanceler brasileiro, Celso Amorim, e pelo diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o francês Pascal Lamy. Amorim tratou do assunto quando questionado se o Brasil trocaria o que ganhou no processo contra os EUA na OMC por um acordo melhor na Rodada Doha. Ele evitou relacionar diretamente os dois assuntos, mas reconheceu que o fato de os EUA estarem sendo obrigados a reduzir subsídios ajuda o processo da Rodada Doha. "Espero que a ficha caia." O ministro brasileiro esteve ontem reunido com Lamy em Brasília. O francês concordou que a questão do algodão pode ajudar nas negociações de Doha. "É um passo na direção correta", disse, referindo-se ao fato de os americanos serem obrigados a cortar os subsídios. Amorim negou, porém, que o Brasil possa desistir de aplicar a retaliação, adiada no início do mês por 60 dias após o governo americano ter apresentado uma proposta concreta. "Não existe desistir [da retaliação]. Existe negociação. Eles [EUA] podem oferecer algo que se aproxime do cumprimento das exigências da OMC. É o que estamos tentando fazer."

**Doha em 2010 e a reação da China – Jean Pierre Lehmann – Valor Econômico –
Opinião – 20/04/2010**

Grande parte do problema da Rodada Doha ocorre porque UE, EUA e Japão são reticentes em atender às demandas dos países menos desenvolvidos

Vivemos um momento emocionante e igualmente perigoso. A situação já era essa desde o início do milênio, e ficou ainda mais acentuada após a crise econômica global de 2008/2009. A crise, definitivamente, tem sido mais do que " apenas " econômica. É, acima de tudo, uma crise sistêmica.

Devido às profundas transformações na economia mundial - decorrentes de novos players no núcleo da economia de mercado e das novas e incríveis tecnologias de comunicação e informação - há uma necessidade indispensável de se ter uma administração global eficiente e justa, cooperação mundial sólida, instituições fortes, liderança e, especialmente, uma regulamentação global poderosa.

A crise econômica, a inatividade da Rodada Doha da OMC e a confusão em Copenhague demonstraram que o mundo não possui muito dessas características.

Embora seja necessário combater em muitas frentes, é especialmente importante concentrarmos esforço e energia na conclusão da Rodada Doha este ano e a China, particularmente, deveria incentivar essa realização.

O sistema comercial baseado em regulamentações multilaterais foi criado no fim da Segunda Guerra Mundial. A própria guerra havia sido precedida pela Grande Depressão, em 1929, e as intensas disputas comerciais que se seguiram nos anos 30. Não havia regulamentações internacionais e, portanto, a anarquia prevaleceu. A luta pelo poder geopolítico e militar seguiu uma luta pelo poder econômico, inclusive pelo acesso à energia e recursos naturais. Se um sistema global regulamentado teria evitado a

guerra, nunca saberemos, mas o que foi criado após a Segunda Guerra Mundial foi baseado na ideologia de que o comércio aberto e justo entre as nações constituiria um meio de estabelecer a paz entre as nações e promover a prosperidade.

O sistema está longe de ser perfeito, mas em seus 60 anos de existência, tem sido um fator importante na busca pela paz e prosperidade e tem permitido, ou melhor, contribuído significativamente para o surgimento de novas potências comerciais, especialmente do Leste Asiático, como a Coreia do Sul e em particular, a China (a nação mais ativa em comercialização) - incluindo Hong Kong e Taiwan.

Por mais complicadas que tenham sido as rodadas passadas do Gatt (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, a instituição antecessora à OMC), nada se compara à bagunça da Rodada Doha

A Rodada foi inaugurada em Doha, capital do Catar, em dezembro de 2001, ano em que a China se juntou à OMC. Dois anos antes houve uma tentativa de se iniciar uma negociação, em Seattle, mas foi um enorme fracasso. Grande parte do problema decorre da postura reticente das potências comerciais estabelecidas, principalmente a UE, EUA e Japão, em atender às demandas do crescimento das novas nações comerciais ou dos países menos desenvolvidos que querem equilibrar o jogo. Infelizmente, a Rodada Doha do " Desenvolvimento " não diminuiu essa desigualdade.

Isso não quer dizer que a Rodada tenha saído completamente de pauta da agenda da política comercial global. Em todas as principais reuniões mundiais ou regionais, invariavelmente, a tradição é se comprometer de que a Rodada Doha será concluída. Dessa forma, o G20 começou onde o G7 terminou e, em seu encontro em Washington, em novembro de 2008, foi feito o compromisso de concluir a Rodada naquele ano. Fracassou. Novamente no encontro do G20 em Londres, em abril de 2009, comprometeu-se a concluir a Rodada em 2009. Quando o encontro em Pittsburgh foi convocado, em setembro, já estava claro que iria fracassar novamente; assim foi decidido que a Rodada deveria ser concluída até 2010.

Enquanto continua paralisada, aumenta a tensão no comércio mundial, principalmente entre a China e os EUA.

É essencial que a Rodada seja concluída, por duas razões principais:

1) precisamos de uma instituição sólida e regulamentação no comércio internacional, ou seja, a OMC deve exercer maior poder e nada melhor do que concluir, com êxito, a Rodada - quanto mais o tempo passa, mais se perde poder, 2) precisamos de uma administração cooperativa global mais forte: ao não cumprir seus compromissos, a própria legitimidade do G20 é colocada em dúvida, assim como a capacidade de cooperação dos países.

O encontro do G20 será realizado em Seul, na Coreia do Sul, em novembro - antes do encontro do G20. Eu conheço bem a Coreia do Sul, estive lá pela primeira vez em 1967. Naquela época, era um dos países mais pobres do mundo. Sua ascensão à prosperidade tem sido notável, e é o comércio que o tem impulsionado. Seria muito conveniente que fosse anunciada a conclusão da Rodada Doha em Seul. Seria extremamente positivo e altamente reconfortante para o mundo. Enquanto a China

continua tentando levar prosperidade a todo seu povo, um sistema comercial global regulamentado estável, sólido e dinâmico é de suma importância. A China deve se empenhar ativamente em concluir a Rodada Doha em 2010.

O Evian Group, do IMD, em associação com a ICC Research Foundation e a Garnet Network, promoveu um workshop para avaliar os custos do impasse na OMC e da não-conclusão da Rodada Doha. Com a participação de negociadores comerciais da maioria das economias do G20, bem como executivos, representantes de organizações internacionais e acadêmicos, o encontro teve como objetivo questionar a autenticidade das repetidas promessas feitas por líderes mundiais em consecutivas reuniões do G20 para completar a Agenda Doha de Desenvolvimento de 2010.

Como as negociações completarão 10 anos em breve, torna-se prudente não só avaliar os benefícios da conclusão da Agenda Doha, mas também antecipar os custos de seu possível fracasso.

Em um ambiente de mal-estar econômico global, o sistema baseado em regulamentações multilaterais da OMC é uma necessidade absoluta para o mercado global permanecer aberto e robusto. Não se trata apenas do reforço das instituições, mas do equilíbrio entre os interesses nacionais e o bem-estar público, que não devem entrar em conflito. Se as declarações do G20 não forem respeitadas, surgirão sérias dúvidas a respeito da credibilidade e legitimidade da administração e liderança global.

Jean-Pierre Lehmann é professor de International Political Economy no IMD e é diretor fundador do Evian Group. Ele lecionará na sessão plenária matutina "Asian 21st Century" durante o programa Orchestrating Winning Performance (OWP), de 20 a 25 de junho, 2010.

Governo decide adiar por mais 60 dias retaliação aos EUA – Eduardo Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 21/04/2010

Avaliação é que as medidas de compensação propostas têm sido adequadamente cumpridas

O governo brasileiro adiará por mais 60 dias a aplicação das medidas de retaliação comercial contra os Estados Unidos, uma vez que as propostas oferecidas pelas autoridades americanas no início deste mês até agora têm sido cumpridas. A decisão será publicada no "Diário Oficial da União" de amanhã, quando se encerraria o prazo dado pelo Brasil para que as compensações fossem colocadas em prática. Dessa forma, os países terão mais dois meses para chegar a um acordo mais abrangente sobre o fim dos subsídios e garantias ilegais pagos aos produtores de algodão norte-americanos. "Tem muita gente que não gostaria que nosso querido Brasil fizesse retaliação por conta do algodão. Ora, se a OMC tem regra, ela vale para o Gabão e para os EUA", disse ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se equivocou ao afirmar que o acordo definitivo havia sido concluído. "Achei muito positivo que tenha sido possível para os dois governos encontrar modos de operação que permitam avanços. Foi importante detectarmos boa vontade e disposição dos dois lados, mas temos de ser realistas. Há aspectos muito difíceis de serem tratados nos próximos dias", disse o embaixador brasileiro na OMC (Organização Mundial do Comércio), Roberto Azevedo. A sobretaxação de 102 mercadorias estava prevista para o último dia 7, mas negociadores apresentaram propostas consideradas positivas pelo Brasil, que suspendeu temporariamente a punição autorizada pela OMC, cujo impacto potencial em 2010 é de US\$ 591 milhões.

Durou apenas 10 dias a suspensão dos subsídios do governo americano aos produtores agrícolas. Na última segunda-feira, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) informou que os recursos do programa de crédito à exportação, conhecido como GSM, estavam novamente disponíveis em outras condições.

As mudanças não foram negociadas com o Brasil. A suspensão desses subsídios era uma das principais medidas do pacote acertado com o País para adiar por 60 dias a retaliação contra produtos americanos autorizada pela Organização Mundial de Comércio (OMC).

Para conseguir mais prazo para adequar seus subsídios às regras internacionais, os EUA se comprometeram a suspender o GSM, estabelecer um fundo de compensação de US\$ 147 milhões por ano para os produtores de algodão, agilizar a abertura do mercado americano para a carne suína brasileira. O fundo já foi estruturado, mas não foram depositados recursos. A abertura de mercado para as carnes está em fase de consulta pública.

A notícia da retomada do GSM pegou de surpresa os agricultores.

O entendimento deles era que o programa seria retomado depois que Brasil e EUA fechassem acordo sobre alta dos juros e redução dos prazos para o empréstimo.

O GSM não vale só para o algodão, mas para várias commodities.

O Itamaraty informou que as negociações sobre as regras do GSM ainda vão ocorrer. “Não houve quebra de acordo entre os dois países”, disse o principal negociador do Brasil e embaixador em Genebra, Roberto Azevedo.

“Aparte mais dificuldades das negociações comece agora.”

Decisão unilateral. O embaixador admitiu que as modificações nos subsídios foram feitas unilateralmente pelos EUA e que o Brasil não avaliou o impacto das medidas. Segundo ele, a retomada do programa estava prevista e “houve muito mal-entendido” sobre o teor do acordo. Na terça-feira, Brasil e EUA assinaram um memorando de entendimento.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), Haroldo Lima, foi informado pelo **Estado** sobre a retomada do programa GSM. “Não estávamos sabendo disso. A informação que tenho é que esses subsídios seriam retomados após uma negociação com o Brasil. Não é possível que o Brasil vá aceitar isso”, disse.

Lima telefonou novamente para a reportagem após falar com funcionários do governo. Ele disse que estava “mais tranquilo”, porque o governo garantiu que não havia quebra de acordo. Afirmou ainda que agora “cabe mais cautela” na hora de acompanhar os próximos passos.

Por causa do acordo com o Brasil, os EUA tinham suspendido os US\$ 860 milhões do GSM que já estavam empenhados com os agricultores, mas não tinham sido pagos. A verba total para este ano é de US\$ 5,5 bilhões e os EUA ainda têm disponíveis US\$ 2,7 bilhões. Os recursos somavam US\$ 3,1 bilhões em 2009 e US\$ 1,4 bilhão em 2008.

Segundo os EUA, as mudanças vão deixar o GSM “mais sensível aos riscos do mercado”. Porque subiram os juros para países de alto risco e caíram para países de baixo risco. As regras anteriores estabeleciam taxas entre 0,29% a 0,806% ao ano. A variação agora é de 0,025% a quase 1,4%. Uma avaliação inicial é que as mudanças podem desestimular a exportação agrícola dos EUA para países de alto risco, mas favorecer para países de baixo risco.

OU SDA Ja A L havi a proposto uma reforma mais agressiva do que a implementada.

Mercosul e integração regional – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 27/04/2010

Em *Mercosul e Integração Regional*, editado pela Imprensa Oficial, reuni, a pedido da direção do Memorial da América Latina, análises dos fatos mais relevantes do processo de negociação do cone sul e sul-americano.

No lançamento do livro, em debate com Mario Marconini, diretor de negociações comerciais da Fiesp, discutimos o Mercosul e suas perspectivas.

Nos últimos sete anos, a discussão sobre a integração regional ganhou novos contornos. O Mercosul, tendo perdido sua característica inicial de um acordo de comércio visando a gradual liberalização do comércio comercial entre os países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), desviou-se da rota preestabelecida e hoje está estagnado e não é mais um instrumento para a abertura de mercado.

Em minha apresentação, ressalté os pontos que me parecem mais importantes para entender o que acontece hoje com as negociações no âmbito do Mercosul.

O Mercosul foi um dos projetos que mais sofreu com a partidarização da política externa brasileira. A visão de mundo do Partido dos Trabalhadores, a prioridade para criar um contrapeso aos EUA na América do Sul e a inclusão da Venezuela como membro pleno do Mercosul alteraram profundamente os rumos do processo de integração sub-regional.

O esvaziamento do Mercosul no contexto do processo de integração regional e da globalização resulta, entre outros fatores, da falta de vontade de todos os governos dos países-membros de enfrentar decisões difíceis, sempre postergadas quando os presidentes se reúnem a cada seis meses.

Com a sucessiva adoção de medidas restritivas e contrárias. Tarifa Externa Comum (TEC), desapareceu a agenda de liberalização comercial, principal característica da fase atual do Mercosul, a união aduaneira. A perda de relevância comercial para os países-membros (o Mercosul representou cerca de 16% do comércio exterior brasileiro em 1998, ante menos de 10% em 2009) não estimulou maiores esforços para a superação das dificuldades, como a eliminação da dupla cobrança da TEC e a aprovação do código de valorização aduaneira. A bilateralização das relações políticas externas entre o Brasil e os países-membros e os demais vizinhos sul-americanos tirou o foco dos entendimentos plurilaterais.

No que diz respeito à abertura de mercados, o Brasil influenciou para que o Mercosul passasse a focalizar questões novas políticas e sociais.

A criação de órgãos regionais de integração, como a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) acabou por duplicar competências e contribuir para o esvaziamento do Mercosul.

Uma análise objetiva dos custos e benefícios do Mercosul para o Brasil não pode ignorar as dificuldades geradas pelo processo decisório baseado no consenso, e não no voto ponderado. Com o ingresso da Venezuela, os problemas potenciais aumentam pelas diferenças que existem nas agendas dos países da alternativa bolivariana (Aliança Bolivariana para as Américas – Alba) e o Brasil. A política de generosidade confunde objetivos políticos e

partidários como interesse nacional brasileiro ao aceitar todas as demandas da Argentina (em nome da solidariedade e da parceria estratégica), do Paraguai (pondo em risco a estabilidade do Tratado de Itaipu) e do Uruguai (por afinidade ideológica e pelas assimetrias de tamanho

e peso econ.mico).

O Mercosul não conseguiu ampliar seus mercados por meio de negociações de acordos de livre comércio. Nos últimos oito anos, nenhum acordo de relevância foi negociado. Para ser factual, pode-se dizer que foi concluído um novo acordo, com Israel, ainda não aprovado pelo Congresso, que pretende restringir as exportações de Israel e excluir produtos originários das áreas ocupadas por assentamentos israelenses.

H. notícias da retomada de entendimentos com a União Europeia e o México para a conclusão de acordos há muito demandados pelo setor privado. A eventual conclusão desses acordos será

bem-vinda, mas não devemos minimizar as dificuldades técnicas, políticas e comerciais para chegar a um resultado amplo e equilibrado.

As negociações do Mercosul se realizam meio a meio a cada vez mais complexa na América do Sul. A região, em vez de caminhar para uma integração benéfica para todos, enfrenta um processo de desintegração política e fragmentação comercial.

Sem mencionar a corrida armamentista representada por crescentes compras de armamentos por quase todos os países, multiplicam-se as divergências entre eles, como as tensões entre Venezuela e Colômbia (tanto militares como comerciais), Argentina e Uruguai (pela construção de celulose), Chile e Peru, Equador e Colômbia (que está com relações diplomáticas rompidas) e Paraguai e Brasil (o Paraguai quer rever o Tratado de Itaipu, o que traria grandes problemas para a segurança nacional brasileira).

Finalmente, a crescente projeção global do Brasil, com interesses econômicos e comerciais espalhados por todos os continentes, faz com que os formuladores de decisão no governo e o setor privado comecem a perceber que o horizonte brasileiro vai mais além do Mercosul. Se mantivermos uma taxa de crescimento sustentável e o Brasil se tornar a quinta economia do mundo na próxima década, o Mercosul, assim como a América do Sul, vão se tornar pequenos para o Brasil.

Por tudo isso, impõe-se um choque institucional no Mercosul.

É preciso permitir a flexibilização das regras em vigor para tornar possíveis entendimentos individuais de cada país-membro.

Seria necessário também uma reformulação na estratégia de negociação comercial externa, para que o Brasil possa, a exemplo de outros países, ter uma política agressiva de abertura de mercados via acordos de livre comércio.